

---

**PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO 0005869-85.2011.2.00.0000**

**Requerente:** Associação Regional dos Juizes Federais da 5ª Região

**Requerido:** Tribunal Regional Federal 5ª Região

**Advogado(s):** RN003656 - Carlos Kelsen Silva dos Santos (REQUERENTE)

---

**PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO. CONVOCAÇÃO DE JUÍZES DE 1º GRAU PARA SUBSTITUIÇÃO DE DESEMBARGADORES. REGULAMENTAÇÃO QUE, NA PRÁTICA, NÃO ASSEGURA A IMPESSOALIDADE E ISONOMIA.**

1. O TRF-5, em cumprimento ao decidido por este Conselho no n.º 2621-14.2011.2.00.0000, aprovou a Emenda Regimental n.º 04, de 19 de outubro de 2011, que disciplina as convocações dos Juizes para substituir os Desembargadores afastados em gozo de férias ou licença.

2. Na prática, entretanto, a nova regulamentação do Tribunal Regional Federal da 5ª Região não atende aos preceitos traçados nas Resoluções n.ºs 17 e 72 do Conselho Nacional de Justiça e no art. 118 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

3. Fixação de prazo de trinta dias para que o Tribunal novamente proceda à adaptação de suas normas internas, estabelecendo critérios objetivos, que, efetivamente, assegurem a impessoalidade e isonomia na escolha de Magistrados.

**4. Procedimento de Controle Administrativo que se julga parcialmente procedente.**

## **I – RELATÓRIO**

A **Associação dos Juizes Federais da 5ª Região – REJUFÉ** propõe o presente Procedimento de Controle Administrativo contra o **Tribunal Regional Federal da 5ª Região**, sob o fundamento de que a referida Corte, ao regulamentar a convocação dos Juizes de 1º grau e conferir nova redação ao artigo 43 do seu Regimento Interno (Emenda Regimental n.º 04/2011), não observou as diretrizes traçadas nas Resoluções n.ºs 17 e 72 do CNJ, bem como o art. 118 da LOMAN e os critérios da impessoalidade, objetividade e alternância entre antiguidade e merecimento, em manifesto descumprimento de deliberação Plenária deste Conselho nos autos do PCA n.º 2621-14.2011.2.00.0000.

Alega que:

- o Tribunal ignorou o pedido da REJUFÉ de participação no processo de elaboração da norma e descartou as sugestões fornecidas em proposta de minuta;

- o inciso IV estabelece uma confusa sistemática de lista una, ao invés de dupla, para os distintos critérios de antiguidade e merecimento;

- da conjugação dos termos do inciso IV com o inciso VII é inviável aferir se o Magistrado foi convocado por antiguidade ou por merecimento, o que, na prática, nada altera o art. 43 do Regimento Interno;

- nos Procedimentos de Controle Administrativos n.ºs 0003464-47.2009.2.00.0000 e 0006259-26.2009.2.00.000, o CNJ entendeu que, na seleção para acesso dos Juízes de 1º grau aos Tribunais, deve ser observado, além do critério da antiguidade, também o do merecimento;

- os critérios a serem observados para convocação de Juízes Substitutos, previstos nos incisos V e VI, implicam avaliações subjetivas e discricionárias;

- a possibilidade de convocação por indicação pessoal do substituído é situação repelida pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle abstrato (ADI 1481);

- inexistente na Emenda Regimental n.º 04/2011 o que afaste a convocação dos mesmos Juízes de sempre, porquanto a redação do inciso VI não assegura a alternância dos convocáveis;

- é aplicável ao caso a Resolução n.º 15/2006 do TRF-5, ainda que anterior à Resolução n.º 106/2010 do CNJ, pois possui objetividade nos critérios a serem observados nas hipóteses de promoções por merecimento;

Requer a suspensão liminar da Emenda Regimental n.º 04/2011 e de todas as convocações de Juízes Federais da 5ª Região, até que o Requerido efetivamente cumpra o decidido no Procedimento de Controle Administrativo n.º 2621-14.2011.2.00.0000;

Em nova petição (REQAVU5, evento 5), a REJUFE noticia que o Requerido já expediu Edital de Inscrição, em desconformidade com a decisão do CNJ no PCA n.º 002621-14.2011.2.00.0000, o que demonstra a urgência na apreciação da liminar.

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região informa que:

- a regulamentação baixada pela Corte encontra-se em consonância com as Resoluções editadas pelo CNJ e não padece de quaisquer vícios de constitucionalidade ou legalidade;

- nenhum outro Tribunal Regional Federal dispõe de norma interna que discipline a matéria;

- o pleito formulado pela Associação nos autos do presente Procedimento de Controle Administrativo não encontra eco na categoria dos Juízes Federais da Região, o que evidencia a sua ilegitimidade;

- com a supressão das férias coletivas dos Desembargadores, houve constante necessidade de convocação dos Juízes de 1º grau, que, por diversas vezes, recusam os convites formulados;

- as dificuldades nas convocações decorrem do reduzido número de Magistrados na Região, da impossibilidade de convocação de Substitutos, de Diretores de Foro, daqueles que atuam na Justiça Eleitoral e dos Magistrados que integram as Turmas Recursais dos Juizados Especiais;

- a organização da lista geral de convocáveis é realizada com base em critérios objetivos, valorizada a antiguidade e observados os mesmos valores que a Constituição prevê para fins de aferição do merecimento;

- ante a necessidade de substituição, o Tribunal, em deliberação Colegiada fundamentada, colhe o voto dos Desembargadores, atuando como Relator da matéria o Magistrado que será substituído;

- a regulamentação interna valoriza a antiguidade e estabelece a renovação periódica anual da relação de convocáveis, eis que sempre surgem novos Titulares, além das sucessivas modificações nos impedimentos;

- na organização da primeira relação de interessados, com a publicação do primeiro Edital, dos 98 Titulares da Região, apenas 27 se inscreveram, dos quais 19 já foram anteriormente convocados e 4 eram Substitutos e, conseqüentemente, não podiam ser convocados.

Em atenção ao despacho exarado (DESP11, evento 15), a Requerente se manifesta sobre as informações prestadas pelo Requerido, argumentando, em suma, que elas não têm condão de afastar o alegado na inicial.

No evento 19, por meio do REQ13, o Requerente acosta notas taquigráficas da sessão do Pleno realizada no dia 14 de dezembro de 2011 que comprovariam haver o TRF-5, efetivamente, convocado Juízes em substituição sem maior grau de atenção a preceitos superiores, notadamente a ADIn 1.481, o PCA n.º 2621-14.2011.2.00.0000, o art. 118 da LOMAN, as Resoluções n.ºs 17 e 72 do CNJ e precedentes do Conselho Nacional de Justiça (PCA 200910000062593 e PCA 200910000034640).

Em informações (INF16, evento 23), o Requerido expõe que, após consultados todos os Juízes Federais da 5ª Região, do universo de 98 Magistrados, apenas 27 pretenderam substituir no Tribunal, dos quais 8 eram impedidos. Dos 19 Juízes convocáveis, 14 foram convocados e os 5 não convocados são Juízes titulares há menos de um ano. Conclui que as informações prestadas demonstram quão despropositada é a pretensão da Requerente, daí porque espera a rejeição do postulado.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

Passo ao exame direto do mérito, pelo que fica prejudicada a análise do pedido liminar.

O Procedimento de Controle Administrativo n.º 0002621-14.2011.2.00.000, de Relatoria do Conselheiro Wellington Cabral Saraiva, foi julgado parcialmente procedente para determinar ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região que, no prazo de sessenta dias, procedesse à edição de ato normativo ou à adaptação de suas normas regimentais, estabelecendo critérios objetivos que assegurassem a impessoalidade na escolha de Magistrados para substituição no Tribunal, nos termos das Resoluções n.ºs 17 e 72 do CNJ e do art. 118 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

O TRF-5, em cumprimento ao decidido por este Conselho, aprovou a Emenda Regimental n.º 04, de 19 de outubro de 2011, que disciplina as convocações dos Juízes para substituir os Desembargadores afastados em gozo de férias ou licença.

No presente Procedimento, a Requerente aduz que a Emenda Regimental n.º 04/11, que conferiu nova redação ao art. 43 do Regimento Interno do TRF-5, nada alterou na prática e a convocação dos substitutos continua ocorrendo em razão da livre escolha do Desembargador a ser substituído.

A REJUFE tem razão, em parte.

Com efeito, a defesa do Requerido basicamente se restringe ao argumento de que deixaram de ser convocados ao Tribunal apenas poucos dos Juízes que manifestaram essa pretensão, o que, no seu entender, evidenciaria o descabimento do pedido formulado pela REJUFE. A ilação realizada pelo TRT-5 não é suficiente para afastar as alegações firmadas pelo Requerente, pois, ainda que fosse apenas um Magistrado que pretendesse substituir Desembargador no Tribunal e lhe fosse negado o pedido sem qualquer critério objetivo, esse fato já seria bastante para a caracterização de prejuízo e, assim, da necessidade de mudança na redação conferida ao artigo 43 do Regimento Interno (Emenda Regimental n.º 04/2011).

Por outro lado, a Requerente, por meio das diversas petições que trouxe aos autos, evidenciou que a Emenda Regimental n.º 04/2011 do TRF-5, de fato, não regulamentou a convocação dos Juízes de 1º grau com critérios que, na prática, sejam objetivos e assegurem a impessoalidade e isonomia na escolha, nos termos das Resoluções n.ºs 17 e 72 do CNJ e do art. 118 da LOMAN.

Das notas taquigráficas da sessão do Tribunal Pleno realizada no dia 14 de dezembro de 2011 (evento 19, REQ13), denota-se, à fl. 08, que o Desembargador Lázaro Guimarães indicou para sua substituição a Magistrada Carolina Malta, que figurava como uma das últimas na lista de antiguidade, segundo tabela apresentada pela Requerente (fls. 03-05). Foram singelos os fundamentos que embasaram a convocação da Dra. Carolina: “A nossa colega tem desempenhado suas funções com elevada produtividade, dedicada ao aperfeiçoamento não só na Escola de Magistratura. Concluiu com aprovação de sua dissertação no mestrado, é uma juíza que já substituiu neste Tribunal; de modo que merece a convocação para novamente vir prestar serviços nesta Corte”.

Da transcrição fica evidente que, apesar de o Requerido haver estipulado, por meio da Emenda Regimental n.º 04/2011, que nas convocações seriam obrigatoriamente observados os critérios de antiguidade e merecimento, na prática inexistia clareza aos interessados quanto a qual desses critérios está sendo efetivamente utilizado para a escolha dos Magistrados.

Também se percebe do REQ13 não haver sido convocado o Dr. Roberto Wanderley Júnior, embora figurasse como Juiz mais antigo da lista e não impedido.

A REJUFE ainda registra que alguns Magistrados foram convocados mais de uma vez, para períodos não contínuos de férias de Desembargadores, embora outros tenham ficado de fora.

Verifica-se, ademais, que não foram especificamente contestados pelo Requerido, quando de sua manifestação (evento 23, INF16), os fatos relacionados à sessão do Tribunal Pleno de

14.12.2011, alegados pela REJUFE.

Por ocasião do julgamento do PCA n.º 2621-14.2011.2.00.0000, o Conselheiro Wellington Cabral Saraiva já havia ressaltado que “as notas taquigráficas trazidas aos autos demonstram não haver objetividade na escolha. O procedimento é que o próprio Juiz do TRF, ao formalizar pedido de férias, indique seu substituto”, situação que em nada se alterou com a aprovação da Emenda Regimental n.º 04/2011, a qual conferiu nova redação ao art. 43 do Regimento Interno do TRF-5, *verbis*:

VI – à luz de todos esses elementos informados pela Corregedoria Regional, o Desembargador Federal a ser substituído apresentará, no Pleno, seu voto quanto ao Juiz a ser convocado, ou, se entender conveniente, quanto aos Juízes a serem convocados, quando a substituição for por 2 (dois) meses ou mais, definindo os períodos a serem substituídos por cada Juiz escolhido; (Grifado)

Já decidiu o Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 1481-1/ES (Relator Ministro Carlos Velloso, DJ 14.05.2004), no sentido de ser inconstitucional a norma regimental que estabelece que o Desembargador substituído indicará o seu substituto, *verbis*:

**CONSTITUCIONAL. TRIBUNAL DE JUSTIÇA: REGIMENTO INTERNO: SUBSTITUIÇÃO DE DESEMBARGADOR.** Lei Complementar nº 35/79 - LOMAN - art. 118, redação da Lei Complementar nº 54/86. C.F., art. 93, art. 96, I, a. I. - Os Regimentos Internos dos Tribunais de Justiça podem dispor a respeito da convocação de juízes para substituição de desembargadores, em caso de vaga ou afastamento, por prazo superior a trinta dias, observado o disposto no art. 118 da LOMAN, Lei Complementar 35/79, redação da Lei Complementar 54/86. II. - Norma regimental que estabelece que o substituído indicará o substituto: inconstitucionalidade. III. - ADI julgada procedente, em parte.

Com efeito, o art. 118 da Lei de Organização da Magistratura Nacional estabelece que, em caso de vaga ou afastamento, por prazo superior a 30 (trinta) dias, de membro dos Tribunais, poderão ser convocados Juízes, em substituição, escolhidos por decisão da maioria absoluta do Tribunal respectivo, ou, se houver, de seu Órgão Especial. A ilação que deve ser extraída desse preceito é de ser livre a atuação Colegiada quanto ao ato de convocação de Juízes substitutos de Membros do Tribunal, sem estar compelido a nome de preferência do Desembargador substituído.

Desse modo, a LOMAN encerra a **escolha** do Magistrado substituto por decisão da maioria absoluta do Tribunal respectivo ou de seu Órgão Especial, e **não a simples aprovação** do nome.

Tem-se, assim, por comprovado que o procedimento a ser seguido na escolha de Magistrados para substituição dos Membros do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, estabelecido pela Emenda Regimental n.º 04/2011, não observa as diretrizes traçadas nas Resoluções n.ºs 17 e 72 do CNJ, nem o art. 118 da LOMAN, no sentido da objetivação, impessoalidade e isonomia da escolha.

Na fixação dos critérios da escolha dos Magistrados para substituir os Desembargadores afastados em gozo de férias ou licença, o Requerido deve observar as regras das Resoluções n.ºs 17 e 72 do CNJ, do art. 118 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional e, para evitar novas discussões futuras, pautar-se

nas seguintes critérios ou requisitos objetivos que asseguram a impessoalidade e isonomia na escolha de magistrados: 1) o Desembargador substituído não indicará o seu substituto (ADin 1481-1/ES); 2) a convocação fundada na antiguidade ou no merecimento deve ser clara quando da ocorrência de cada uma delas; 3) efetiva alternância entre os Juízes a serem convocados.

Determino, assim, ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região que, no prazo de 30 (trinta) dias, proceda à alteração do art. 43 do seu Regimento Interno, adequando-o aos critérios previstos na Constituição da República de 1988 e à Resolução n.º 72/2009 deste Conselho Nacional de Justiça e, após a publicação da nova norma regimental, proceda a Corte à escolha dos Juízes convocados para substituir em segundo grau de jurisdição, se for o caso com a substituição dos que ali se encontram, com base nos critérios estabelecidos no novo texto regimental. Determino, outrossim, seja dada imediata ciência do deliberado à Corregedoria Nacional de Justiça.

### III – CONCLUSÃO

Na conformidade do exposto, **julgo parcialmente procedente** o Procedimento de Controle Administrativo, determinando que: a) **no prazo de 30 (trinta) dias, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região proceda à alteração do art. 43 do seu Regimento Interno, adequando-o aos critérios previstos na Constituição da República de 1988 e à Resolução n.º 72/2009 deste Conselho Nacional de Justiça e, após a publicação da nova norma regimental, proceda a Corte à escolha dos Juízes convocados para substituir em segundo grau de jurisdição, se for o caso com a substituição dos que ali se encontram, com base nos critérios estabelecidos no novo texto regimental;** b) **seja dada imediata ciência do deliberado à Corregedoria Nacional de Justiça.**

Intimem-se. Após, arquivem-se os autos.

**CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA**  
**Conselheiro**

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA em 22 de Fevereiro de 2012 às 16:57:47

O Original deste Documento pode ser consultado no site do E-CNJ. Hash:  
653116eefbf1d2844cb5651419239ec3



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletrônico PJe 1.4.3**

**28/03/2014 00:00:00**

**Processo Judicial Eletrônico PJe 1.4.3**

**29/03/2014 00:00:00**

**Processo Judicial Eletrônico PJe 1.4.3**

**29/03/2014 00:00:00**

**Processo Judicial Eletrônico PJe 1.4.3**

**30/03/2014 00:00:00**



**Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

120314133549000000000000448538

**30/03/2014 00:00:00**

**Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**28/03/2014 00:00:00**

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **449246**